

O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Maria Gabriely Goffi (1); Andressa dos Santos Goffi (1);

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE <http://www5.unioeste.br/portal/>

Resumo: O presente estudo tem por objetivo realizar uma análise sobre o papel e os deveres do gestor pedagógico no que concerne a inclusão e a organização de uma escola inclusiva. Essa temática surgiu de entrevista realizada com uma pedagoga da rede municipal de Marmeleiro, município do interior do estado do Paraná. A partir daí, nos deparamos com uma grande problemática, na escola em questão, pois segundo Glat (2011), os discentes com deficiência não estão sendo inclusos e nem a escola está sendo inclusiva, ou seja, estes alunos estão no interior das escolas, mas excluídos em salas de aulas separadas. Desta forma, a finalidade deste trabalho é analisar as funções dos coordenadores pedagógicos em relação a inclusão, bem como relatar como acontece esse processo de inclusão em uma escola da rede pública municipal de um município no sudoeste do Paraná. Com base nisto, foi realizada entrevista com um profissional do setor educacional e pesquisas de caráter bibliográfico em autores que dão ênfase ao assunto. As atividades foram divididas em três etapas: a primeira, de fundamentação metodológica, com observação e entrevista em uma escola da região; a segunda, de embasamento teórico, com leituras, estudos, e discussões sobre o trabalho pedagógico e a gestão escolar na inclusão; e a terceira, de discussão e escrita, referentes às relações entre as práticas observadas no cotidiano escolar com os fundamentos teóricos estudados anteriormente. A pedagoga entrevistada nos relata que tem tido bons resultados desde que a classe especial foi reaberta, pois os alunos com deficiência haviam aumentado e com a classe especial a inclusão aconteceu de fato na escola. A reabertura da classe especial, segundo a gestora pedagógica, se deve, principalmente, a resistência de alguns professores de trabalhar com esses alunos da educação especial, pois achavam que por causa do comportamento deles não era bom que estivessem junto com os demais alunos e retiravam eles da sala de aula. Porém, de acordo com Glat (2011) segundo a perspectiva da educação inclusiva, estes, na verdade, estão integrados na mesma instituição, mas em grupos e salas separadas, e isso não proporciona nem aos estudantes e nem aos professores conviver e conhecer os alunos com deficiência, contribuindo para a resistência dos professores em trabalhar com os mesmos e para certa resistência dos demais colegas em interagir e aceitar as “diferenças”. Partindo do contato com a realidade apresentada na escola e a análise do levantamento bibliográfico foi possível concluir que apesar de se ter inúmeros estudos sobre a inclusão, ainda observa-se nas escolas a inclusão sendo efetivada de maneira inadequada, ocasionando significativas perdas na qualidade da educação do educando com alguma deficiência. Assim, é extremamente importante destacar a necessidade de estudos maiores sobre a temática, observado a relevância da função do pedagogo no processo de inclusão.

Palavras-chave: Coordenador Pedagógico. Prática Pedagógica. Inclusão. Teoria e prática.

INTRODUÇÃO:

A presente reflexão tem por objetivo analisar o papel do pedagogo com relação a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais e na organização de uma escola inclusiva. Essa temática surgiu por meio da entrevista realizada com uma pedagoga da rede pública, em um município do sudoeste do estado do Paraná, escola em que os discentes com deficiência estão excluídos em salas de aulas separadas.

Como afirma Glat (2011), esses educandos não estão sendo inclusos e a escola não está sendo inclusiva, pois embora esses alunos estejam na escola, estão separados em classes especiais. Segundo a autora, de acordo com uma perspectiva inclusiva, esses educandos estarem em salas e grupos separados, contribuí para que alguns professores continuem tendo resistência em trabalhar com os mesmos, visto que nem educadores e educandos convivem e interagem com os alunos considerados “diferentes”.

A partir da entrevista com a coordenadora pedagógica e de estudos e pesquisas de caráter bibliográfico em autores como Glat (2011), Saviani (2012) e Vioto e Vitaliano (2012), nos deparamos com a questão de como o pedagogo pode contribuir para a construção de uma escola inclusiva, entendendo as funções e deveres que este tem nesse processo.

Para isso, observamos a escola e entrevistamos a pedagoga, para analisarmos como acontecia a inclusão dos educandos com NEE. Posteriormente, com leituras, estudos, discussões e escritas, refletimos com embasamento teórico sobre as práticas observadas e relatadas pela entrevistada.

O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Deparamo-nos hoje com a grande preocupação em incluir pessoas com deficiência em todos os níveis do ensino regular, que perpassa pela necessidade de rever

o ambiente, bem como a formação dos profissionais que compõe este espaço e que estarão os atendendo.

Por esse motivo é possível constatar uma quantidade significativa de instituições escolares preocupadas em adequar e repensar tanto sua estrutura física – como a construção de salas, rampas, banheiros adaptados – como também seus regimentos internos e as formas de organização do trabalho pedagógico. (KAILER; PAPI, 2014, p.3)

Isso nos remete a pensar sobre o papel do pedagogo frente ao processo de inclusão. Desta forma, inicialmente foi realizada entrevista com uma pedagoga da rede municipal do município de Marmeleiro, na qual nos explicou as funções que desempenha na escola, no que diz respeito à aprendizagem e desenvolvimento dos alunos e o bom funcionamento da instituição.

Com relação ao processo de inclusão na escola, a entrevistada diz que tem tido bons resultados desde que a classe especial foi reaberta, pois os alunos com deficiência haviam aumentado e com a classe especial a inclusão aconteceu de fato na escola. A reabertura da classe especial, segundo a gestora pedagógica, se deve, principalmente, a resistência de alguns professores de trabalhar com esses alunos da educação especial, pois achavam que por causa do comportamento deles não era bom que estivessem junto com os demais alunos e retiravam eles da sala de aula.

De acordo com a perspectiva de uma educação inclusiva, os alunos não estão inclusos e nem a escola esta sendo inclusiva. Esses alunos, na verdade, estão integrados na mesma instituição, mas em grupos e salas separadas. Os alunos da classe especial em poucos momentos participam de atividades com os outros alunos ditos “normais”, e isso não proporciona nem aos alunos e nem aos professores conviver e conhecer os alunos com deficiência, contribuindo para a resistência dos professores em trabalhar com esses alunos e para certa resistência dos demais alunos em interagirem e aceitar esses colegas estigmatizados como “diferentes” (GLAT, 2011).

Nesse sentido, segundo Rosana Glat (2011),

é preciso que se reconheça e se trabalhe com as diferenças individuais do alunado, sobretudo aquelas que afetam diretamente o processo ensino-aprendizagem. Caso contrário, o aluno deixará de ser excluído da escola, mas continuará excluído na própria escola- já que não terá como se apropriar do conhecimento nela veiculado. (GLAT, 2011, p.4)

Ou seja, o meio escolar em que o aluno está inserido pode contribuir, ou não, para o seu desenvolvimento. Visto que, se o aluno não está participando junto com os demais colegas das atividades e aprendendo, não se tem educação inclusiva de fato.

Neste sentido Kailer, Papi, (2014, p.6) esclarece que:

As mudanças no contexto interno da escola requerem revisões de práticas e concepções em todo o âmbito educativo. O papel assumido pela escola muitas vezes é fruto de uma reprodução das concepções e políticas excludentes, porém é preciso também entender de que maneira a escola pode se concretizar como transformadora da realidade social.

Segundo o que estabelece a Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 9394/1996 artigo 58, a educação especial é entendida como uma “modalidade escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Assim, para a efetivação do conceito de educação inclusiva, é necessário que o processo de ensino aprendizagem seja baseado na diversidade, que os alunos com NEE (Necessidades educacionais especiais) estejam na rede regular de ensino e quando preciso, de acordo com as particularidades do aluno, seja oferecido o atendimento educacional especializado (AEE).

Sendo assim, é necessário que o gestor pedagógico tome medidas que eliminem as barreiras para o desenvolvimento e aprendizado do aluno na escola e que contribuam para a organização de uma escola de fato inclusiva e que respeite as diferenças e a diversidade, que segundo Kailer e Papi (2014)

O reconhecimento da diversidade é, antes de tudo, o resgate de uma dívida histórica. Esse reconhecimento, que contribui para salientar e enriquecer o desenvolvimento cultural e social, também constrói formas de ação diferenciadas que se refletem em diferentes aspectos da vida social. Entendendo que as práticas e as políticas sociais articulam-se às concepções e conceitos implícitos e explícitos existentes em uma sociedade (p.6).

E para que isso aconteça é necessário que o pedagogo, primeiramente, tenha consciência da importância do seu papel e de suas funções na escola. Saviani (2012) discute que o pedagogo é aquele que possibilita o acesso a cultura, contribuindo para a transformação estrutural da sociedade. Pois, a educação é vista sempre como um ato político, sendo este para perpetuar ou transformar uma sociedade. É necessário para isto

formar pedagogos que conheçam o ambiente e a realidade social de onde irão atuar, para obterem de uma prática coerente e satisfatória, instrumentação técnica que lhes permitira agir assim de maneira eficaz.

Segundo Franco (2008), os atuais coordenadores, na grande maioria tem formação de professores em diversas áreas do conhecimento, estando nas escolas, para resolver a parte burocrática e os problemas do cotidiano, baseando-se à grosso modo no senso comum. E repetidamente confiados às questões de indisciplina e falta de professores. Sendo que, a sua função principal é articular o trabalho pedagógico na escola, estimulando para que haja reflexão frente às praticas diárias, produzindo transformações, em consonância com os pressupostos teóricos, e as condições históricas, pensando no constante redirecionamento da prática, com o objetivo de assumir uma responsabilidade social crítica, cada vez mais emancipatória.

Abarcando toda a escola, especificamente os docentes e a gestão escolar, repercutindo em todo o espaço escolar, com posições políticas, pedagógicas, sociais, administrativas, e, até mesmo, para a construção de uma comunidade inclusiva.

Tesani (2010), discorre que o gestor pedagógico, deve preparar sua equipe de modo que compartilhem seus saberes e experiências, estabelecendo redes de apoios entre os professores e proporcionando momentos de reflexão das práticas desenvolvidas com relação aos processos educacionais inclusivos. Isso contribui para que os professores desenvolvam estratégias, habilidades e práticas pedagógicas inclusivas, pois refletem sobre o seu trabalho e conseguem vislumbrar novos caminhos para um processo de ensino e aprendizagem inclusivo.

Para uma escola inclusiva e com um processo de ensino-aprendizagem que atenda esses alunos e que respeite as diferenças, é necessário uma gestão escolar participativa com um trabalho realizado coletivamente. Isso envolve, momentos para a reflexão coletiva sobre o processo de ensino-aprendizagem e o processo de inclusão, bem como as dificuldades e estratégias encontradas. Por isso, para Tesani (2010),

o primeiro passo, segundo suas recomendações, é construir uma comunidade inclusiva que englobe o planejamento e o desenvolvimento curricular; o segundo passo do processo é a preparação da equipe para trabalhar de maneira cooperativa e compartilhar seus saberes, a fim de desenvolver um programa de equipe em progresso contínuo; o terceiro envolve a criação de dispositivos de comunicação entre a comunidade e a escola; o quarto abrange

proporcionar a criação de tempo para reflexão sobre a prática desenvolvida (p. 292).

Além disso, segundo Vioto e Vitaliano (2012) é o gestor pedagógico “quem irá contribuir com a estrutura organizacional das escolas, visando uma transformação”. Nessa perspectiva, para as autoras cabe ao coordenador pedagógico algumas funções no que diz respeito à inclusão escolar. Primeiramente, o pedagogo tem a função de organização da escola inclusiva, por isso ele precisa compreender e ter consciência da sua importância na organização escolar inclusiva, para a construção de novas práticas e uma nova cultura escolar.

Semelhante a isto, Tesani (2004) discorre que o gestor pedagógico

tem o papel de implementar a política; ou seja, realizar em ações o que a proposta de Educação Inclusiva se propõe a fim de (re)significar e (re)construir culturas inclusivas [...]. O gestor que prevê a articulação com o currículo em torno da avaliação, procedimentos metodológicos, conteúdo e aprendizagem, bem como, do fazer pedagógico, propriamente dito que operacionaliza a interação dos elementos escolares, na promoção do fazer coletivo a fim de construir e legitimar objetivos educacionais comuns, direcionados em práticas pedagógicas mais inclusivas. (p. 44)

No que concerne as práticas pedagógicas inclusivas para Azevedo e Cunha (2008) é necessário o conhecimento e análise do contexto escolar para a identificação das dificuldades e obstáculos que interfiram no processo educacional inclusivo. Nesse sentido, Vioto e Vitaliano (2012) citam que

Duk, (2005) ao analisar o papel da gestão nos contextos educacionais inclusivos acrescenta que cabe a esse profissional: atentar-se às necessidades apresentadas no contexto escolar inclusivo, objetivando, dessa forma, identificar possíveis barreiras, sejam elas de ordens materiais ou mesmo de recursos humanos, a fim de possibilitar o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com NEE (p 10).

O gestor pedagógico também contribui para um processo educacional inclusivo desenvolvendo estratégias e práticas com um trabalho conjunto com os professores para aprendizagens significativas, refletindo e respeitando as potencialidades e possíveis dificuldades do aluno. Nessa perspectiva, Vioto e Vitaliano (2012) citam algumas dessas estratégias e práticas que Tesani (2010) apresenta em sua análise:

auxiliar os professores na identificação das NEE apresentadas pelos alunos; elaboração de currículos dinâmicos, flexíveis e adaptáveis, que permita ajuste ao fazer pedagógico de acordo com as necessidades dos alunos; desenvolver adaptações físicas e sociais, estabelecendo redes de apoio que possibilite um trabalho compartilhado entre profissionais do ensino regular, profissionais especialistas e comunidade escolar; auxiliar os professores no desenvolvimento de metodologias de ensino diferenciadas; possibilitar aos professores momentos de reflexão em relação aos processos educacionais inclusivos (p 11).

Visto que, segundo Kailer e Papi (2014, p.7)

A proposta de incluir alunos com deficiência na escola regular requer mudanças efetivas e contínuas dentro de uma estrutura muitas vezes pouco flexível. Para se efetivar a inclusão, é necessário inovar metodologias de ensino, reformulando práticas e propondo melhorias e valores que promovam uma educação para todos, que respeite as características dos diferentes alunos.

Nesse sentido, a gestora pedagógica entrevistada reconhece que “são realizados poucos cursos direcionados a essa questão de educação especial, dificuldades de aprendizagem e inclusão”. Para a entrevistada, a classe especial não deixa de ter inclusão, pois dentre os dezesseis alunos que frequentam a classe especial, alguns estão conseguindo se desenvolver bem, tanto que um desses alunos vai para o ensino regular no próximo ano letivo, embora outros vão precisar frequentar a classe especial a vida inteira. Na classe especial, o trabalho é bem individual, por isso, a professora dessa classe trabalha de maneira diferenciada com cada um, pois nenhum é igual ao outro. As atividades trabalhadas são diferentes e de acordo com o parecer de cada aluno é que se preparam as atividades, a forma de avaliação também difere, pois é feito um relatório descritivo do aluno. Essa professora pode-se dizer que, trabalha à parte dos demais professores, no sentido de que ela planeja e desenvolve sozinha práticas e métodos inclusivos (Entrevista Realizada, 15/08/2016).

Entretanto, um ambiente escolar inclusivo é resultado de uma gestão participativa, com responsabilidades, deliberações, um trabalho coletivo de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, para que haja mudanças, construtivas, cooperativas no ambiente escolar e comunicação da escola e a comunidade, visto que

uma escola inclusiva pode contribuir para uma sociedade inclusiva e que respeite as diferenças.

Kailer e Papi (2014) afirma que a escola deve estar comprometida com a prática pedagógica, buscando alternativas que melhor atenda esses alunos, e isso ocorre por meio da constante reflexão, diálogo entre os professores, intermediados pela equipe pedagógica.

A essa equipe cabe identificar as especificidades do trabalho pedagógico para a realização de uma educação para todos e, da mesma forma, perceber, minimizar, ou mesmo solucionar as possíveis dificuldades encontradas, o que faz com que necessite de um profissional que, coordenando o trabalho coletivo da escola, facilite e conduza junto aos professores práticas que respeitem e valorizem a diversidade e a inclusão de todos os alunos, inclusive daqueles que possuem algum tipo de deficiência.

Ou seja, o pedagogo tem função primordial na inclusão, na medida em que deve proporcionar momentos de discussões entre os docentes e estudos de referenciais teóricos que lhes auxiliem na reflexão de práticas inclusivas, que integrem realmente este aluno em sala de aula, que ele tenha acesso a educação, possa participar das atividades propostas pelo professor juntamente com os colegas.

Neste contexto, nota-se que o pedagogo tem papel fundamental, como agente influenciador e mediador neste processo, visto que ele deve proporcionar momentos de reflexão que envolva toda a comunidade escolar, com o objetivo de refletir como apropriar o espaço e as práticas pedagógicas, ou ainda transformá-las. Portanto, entende-se que a inclusão escolar necessita ser mais discutida nas escolas, para que ela seja eficiente e viabilize uma educação que atenda e compreenda as diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que ainda existem muitos desafios relacionados ao papel do pedagogo nas instituições escolares, e um deles que podemos destacar é a complexidade do seu trabalho na inclusão, que acaba se restringindo a outras funções, não deixando visível a real identidade do pedagogo na gestão escolar.

Assim, destaca-se que o gestor pedagógico tem um papel muito importante no processo de inclusão escolar, principalmente de desenvolver práticas que viabilizem o processo. Para que aconteça o processo de inclusão na escola, são necessárias mudanças na estrutura física e das propostas educacionais, por isso é importante que o gestor pedagógico esteja consciente que desenvolve um papel importante no que tange a promover essas mudanças educacionais e assumir um trabalho com ideias educacionais inclusivas.

Para a transformação da escola em um espaço inclusivo e que aceite as diferenças, é necessário que o gestor pedagógico promova cursos e momentos para a discussão, reflexão e troca de experiências entre os profissionais, para que compartilhem seus saberes e desenvolvam práticas pedagógicas inclusivas, pois os professores possuem dificuldades em trabalhar com os alunos com deficiência.

Neste sentido, o pedagogo deve juntamente com os professores, pensar e desenvolver métodos que tenham como princípio o respeito às diferenças e possibilitem a aprendizagem do educando que é a finalidade da educação e o direito do indivíduo enquanto aluno.

Apesar de ser observado ainda nas escolas, na maioria das vezes, práticas que proporcionam a integração, do que a inclusão de fato, como na escola em que foi realizada a entrevista, que conforme relatado pela pedagoga, os alunos da classe especial estão na escola regular, mas estão separados numa sala à parte, participando apenas de algumas atividades com os colegas.

Desta forma, compreendemos a importância da realização de mudanças organizacionais na escola, para que esses alunos sejam inseridos na classe regular de ensino, ocasionando resultados mais eficientes, no que diz respeito à aprendizagem e desenvolvimento desses alunos, visto que, a inclusão desses alunos na rede regular de ensino auxilia na construção de uma sociedade inclusiva, que respeite as diferenças.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. A. R.; CUNHA, G. R. da. Gestão Escolar e Educação Inclusiva: uma parceria necessária e emergente na escola. **Revista Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, SP. v. 18, n.31, jul.-dez.-2008, p.53-72. Disponível em

<<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/viewFile/2204/1929>> Acesso em: 11/09/2017

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação**. Brasília: MEC; 1996.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Coordenador Pedagógico: uma práxis em busca de sua identidade**. Santos, SP, 2008. Pág 117 à 131.

GLAT, Rosana. **Educação inclusiva para alunos com necessidades especiais: processos educacionais e diversidade**. LONGHINI, M.D. (Org.). O uno e o diverso na Educação. Uberlândia: EDUF, p.75-92, 2011.

KAILER, Priscila Gabriele da Luz; PAPI, Silmara de Oliveira Gomes. **O papel do pedagogo em relação a inclusão escolar**. X ANPEDSUL, Florianópolis, outubro de 2014.

SAVIANI, Demerval. **O Papel do Pedagogo como articulador do trabalho pedagógico na sociedade do capital**. Campinas, SP, 2012. Pág 1 à 10.

TEZANI, T.C.R. **Os caminhos para a construção da escola inclusiva: a relação entre gestão escolar e o processo de inclusão**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

_____. **Gestão escolar: a prática pedagógica administrativa na política de educação inclusiva**. Revista Educação, Santa Maria, v. 35, n. 2, p. 287-302, maio/ago. 2010.

VIOTO, Josiane Rodrigues Barbosa; VITALIANO, Célia Regina. **O papel da gestão pedagógica frente ao processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais**. Disponível em <<http://www.uces.br/>>.